



A CIRCULAÇÃO DO ENSINO MÚTUO ENTRE A EUROPA E AS AMÉRICAS NA ÉPOCA DAS INDEPENDÊNCIAS (1810-1830)

Resenha a OLIVATO, Laís. A educação nas independências da América: a circulação do plano de ensino mútuo (1810-1830). Jundiaí: Paco, 2023, 392 p.

Valdir Donizete dos Santos Junior*

Recebido em: 17/05/2024

Aprovado em: 09/09/2024

O tema da Educação se apresenta, no mundo contemporâneo como onipresente e repleto de ambiguidades, tanto em suas dimensões discursivas, quanto em suas práticas. Frequentemente tomado de modo genérico e abstrato, não há quem não o veja como uma via importante para a construção de uma sociedade melhor. Entretanto, para que serve a Educação? Quais devem ser seus métodos? A quem e a que se destina? Quem deve fornecê-la? Deve formar cidadãos críticos, indivíduos ativos ou técnicos competentes? Deve transformar o *status quo*, atuar para a sua preservação e seu progresso, inculcar valores ou disciplinar corpos? Deve revolucionar e superar as estruturas capitalistas ou reproduzi-las? Para cada uma dessas questões, as respostas são variadas. Isso porque, se a modernidade foi capaz de articular um consenso sobre o seu protagonismo nas diversas formas de organização coletiva, também a colocou no centro de disputas políticas travadas entre os mais variados espectros ideológicos, da esquerda radical à extrema-direita. Dessa forma, é fundamental que não se trate da Educação como um ente metafísico, mas como uma esfera da vida social historicamente constituída.

* Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor EBTB do Instituto Federal de São Paulo. Email: valdirsdjr@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4955-9182>



Essa é, sem dúvida, uma das mais importantes contribuições de *A educação nas independências da América: a circulação do plano de ensino mútuo (1810-1830)*, de Laís Olivato. Apresentado originalmente como tese de doutorado no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) (2020), o trabalho é fruto de uma extensa pesquisa documental e bibliográfica que acumula os méritos de historicizar os debates sobre as teorias, métodos e práticas educacionais, bem como de reconhecer a Educação como um objeto imprescindível para ser explorado pelos historiadores. O profícuo encontro entre esses dois campos do conhecimento promovido pela autora não é fortuito: sua dupla formação como historiadora e pedagoga – graduada, em ambos os casos, pela USP – se faz presente de forma constante e consistente nas páginas do livro.

A pesquisa de Laís Olivato parte de um problema bastante instigante: de que forma um dos mais conhecidos projetos educacionais do século XIX, o plano de ensino mútuo, frequentemente associado à figura do educador britânico Joseph Lancaster (1778-1838), circulou nas Américas e foi apropriado, deste lado do Atlântico, no contexto das independências e dos processos de formação dos estados nacionais sul-americanos entre 1810 e 1830?

Logo de início, vale a pena ressaltar que os marcos cronológicos da pesquisa se encontram em uma conjuntura bastante rica para os historiadores: o processo mais geral que eclodiu, entre fins do século XVIII e inícios do século XIX, de crise do Antigo Regime e de desagregação dos impérios coloniais europeus nas Américas. Nesse quadro, caracterizado pela dissolução dos laços pautados pelo sentido de comunidade religiosa e de submissão aos reinos dinásticos, começaram a se estabelecer novos valores, muitos dos quais associados a um liberalismo cada vez mais influente, e a se rearticularem outras formas de vínculos sociais balizadas por uma modernidade política ainda em construção. Para os defensores da nova ordem, os estados e nações não deveriam mais ser constituídos por súditos, mas sim por cidadãos. A Educação se apresentava, nesse sentido, como instrumento privilegiado para forjar indivíduos que fossem compatíveis com essa realidade nascente.



Como demonstra Laís Olivato, é durante esses anos que o tema da Educação deixa de ser concebido como um assunto do âmbito religioso e passa a ser entendido como uma questão pertinente à esfera “pública”. Não obstante, é importante que se diga que, no período abordado, “público” não se refere necessariamente a algo que deve ser promovido por um estado secular e laico, mas sim como uma responsabilidade também de associações e grupos, muitas vezes filantrópicos, vinculados à sociedade civil.

Idealizado na Inglaterra para a educação das classes operárias no contexto da Revolução Industrial, o método de ensino mútuo é frequentemente vinculado, conforme mencionado anteriormente, desde seus primeiros estabelecimentos em fins do século XVIII, à figura do *quaker* londrino Joseph Lancaster – daí também ser conhecido como “método de ensino lancasteriano”. Ao longo dos anos, foi difundido como um modelo educacional relativamente barato, pois um único professor, com a ajuda de alguns monitores, poderia fornecer a instrução para dezenas ou até centenas de crianças. Em suas origens, também apresentava um vínculo umbilical com o protestantismo: concebido como uma forma bastante eficaz de promover a leitura da bíblia entre o proletariado, buscava atuar como uma fonte de regramento moral das famílias trabalhadoras britânicas.

Além de sua elaboração e aplicação na ilha anglo-saxã, o método de ensino mútuo encontrou ressonâncias também na França e na Península Ibérica. Na América do Sul, em meio aos processos de formação dos Estados Nacionais após as independências em relação às metrópoles europeias, se apresentou, em muitos lugares, como o modelo supostamente mais adequado para formar cidadãos não somente das novas repúblicas, no caso dos países hispano-americanos, mas também do Império Brasileiro. Chancelado por sua concepção e execução na Europa, era exaltado por grande parte das elites letradas dos recém-emancipados Estados americanos por sua racionalidade, tão à moda da nova ordem liberal. Entretanto, como demonstra Laís Olivato, algumas ambiguidades e contradições eram evidentes. Em primeiro lugar, como atribuir um caráter de educação universal a um projeto direcionado a uma classe social específica, no caso o



proletariado britânico? Além disso, como aplicar um método vinculado à difusão do protestantismo em países católicos?

| 394

Buscando reconstituir essas redes, circulações, apropriações e recepções, a autora incorpora uma perspectiva conectada ou, mais precisamente, transnacional – ainda que reconheça a dificuldade de utilização do termo, posto que seu recorte cronológico coincide exatamente com o momento de formação das nações na Europa e nas Américas. Chama a atenção, nesse sentido, que, para alcançar seus objetivos, Laís Olivato mobiliza uma grande variedade de fontes, consultadas em arquivos de diversos países europeus e sul-americanos. Para compor essa trama complexa, foram analisados periódicos, relatórios, relatos de viagem, cartas, manuais, instruções etc., resultando em um trabalho historiográfico original e de fôlego.

Em termos estruturais, embora os quatro capítulos do livro se articulem e se complementem, cada um deles guarda certa autonomia em relação aos demais. Em todos eles, são protagonistas os chamados “mediadores”, ou seja, os intermediários, tradutores ou difusores responsáveis por construir as “pontes transatlânticas” entre as concepções e práticas do ensino mútuo na Europa e nas Américas. Cada uma das seções do trabalho se debruça sobre um tipo peculiar de mediação, sobre um escopo documental específico e sobre recortes espaciais diversos.

No primeiro capítulo, Laís Olivato analisa as notícias e debates educacionais presentes nos periódicos luso-brasileiros e platinos na década de 1810. Impressos como o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, e os portenhos *La Gaceta de Buenos Aires*, *El Censor*, *El Argos* e *La Matrona Comentadora* ao mesmo passo que informavam seus leitores acerca dos sucessos do ensino mútuo na Europa, apresentavam-no como uma solução universal para a instrução e para a formação de cidadãos em um quadro de dificuldades econômicas e abandono generalizado das escolas. Nesses primeiros textos que circularam em territórios americanos, já estava posta certa ambiguidade em relação à utilização de um método de ensino permeado pelo protestantismo em



países de educação tradicionalmente católica. Fica demonstrado, ao mesmo tempo, como tais publicações contribuíram, em certa medida, para construir uma “opinião pública” relativamente favorável à sua aplicação.

| 395

Em seguida, Laís Olivato busca reconstituir as redes políticas e intelectuais existentes entre as sociedades dedicadas à defesa e difusão do ensino mútuo na Europa e alguns de seus mais importantes entusiastas sul-americanos. Na Grã-Bretanha, discute a trajetória da *British and Foreign School Society* (BFSS), associação criada em 1798, que buscava promover as ideias e métodos educacionais de Lancaster, mantendo vínculos inclusive com alguns dos nomes mais relevantes das independências na América Hispânica.

Como demonstra a autora, diversos hispano-americanos que circulavam pela Europa dessa época tomaram conhecimento do ensino mútuo durante viagens a Londres, no início do século XIX, em especial por suas relações com o filósofo utilitarista Jeremy Bentham e pelas redes construídas em torno do caraquenho radicado por anos na capital britânica Francisco de Miranda, um dos precursores da emancipação da atual Venezuela. Dois personagens merecem destaque na análise, o portenho Bernardino Rivadavia, presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata na década de 1820, um dos grandes defensores das ideias e dos métodos lancasterianos nas Américas; e Simón Bolívar, responsável por patrocinar uma controversa e não muito bem-sucedida viagem do próprio Lancaster à Caracas em 1825.

Como contraponto, discute-se também a *Société pour l'Instruction Élémentaire*, uma espécie de braço francês de difusão do ensino mútuo, fundada em Paris em 1815. Conforme explicitado pela autora, foi preferencialmente por intermédio dessa vertente que esse método educacional chegou ao Brasil, ainda no Período Joanino (1808-1815). De acordo com Laís Olivato, os primeiros projetos nesse sentido foram defendidos por imigrantes franceses que, egressos da Europa após o fim das guerras napoleônicas, pretendiam construir escolas para a alfabetização de negros escravizados na América Portuguesa.



Na sequência, Laís Olivato se debruça sobre os relatos de viagem de um dos mais importantes arautos do ensino mútuo na América do Sul: o missionário escocês James “Diego” Thomson (1788-1854). Grande propagador educacional da BFSS, foi também um representante da *British and Foreign Bible Society* (BFBS), entidade que pretendia difundir a leitura bíblica em todo o mundo. Entre 1818 e 1825, Thomson percorreu diversas cidades do continente, entre as quais Buenos Aires, Montevideu, Santiago e Lima. Como demonstra a autora, durante sua viagem, o emissário protestante construiu importantes redes que buscavam a implantação de escolas, contribuiu para a formação de sociedades lancasterianas em Buenos Aires e Montevideu e teceu relações com personagens paradigmáticos da época como o já citado Bernardino Rivadavia, no Rio da Prata, e José de San Martín, no Peru. Na análise desses textos, ficam evidentes, entre outras questões, as ambiguidades e contradições entre os projetos que previam o ensino mútuo como via para a formação dos novos cidadãos da república e as concepções religiosas que permeavam o método lancasteriano.

Para concluir, no capítulo final de sua obra, a autora analisa como o ensino mútuo foi integrado nos projetos e nas práticas educativas tanto no Rio da Prata quanto no Império Brasileiro, com destaque para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, na década de 1820. Nessa seção do trabalho, a autora examina, em um primeiro movimento, a partir de uma perspectiva comparada, os manuais de ensino e materiais pedagógicos produzidos nesses locais. Conforme constata em sua pesquisa, em ambos os casos, é possível apontar uma relação direta entre a promulgação de leis relativas à instrução pública – a Lei de Ensino de 1822 em Buenos Aires e a Lei de Educação de 1827 no Brasil – e a busca por estabelecer diretrizes para a implantação do ensino mútuo.

Embora tanto na capital portenha, como nas cidades brasileiras, a produção de compêndios e guias para o exercício docente fosse de maneira geral, resultado de traduções, adaptações ou apropriações de originais europeus -em especial franceses, ingleses ou ibéricos- as ênfases, destaques e realces atribuídos em cada um dos dois países em formação eram distintos. Ao encamparem, por



exemplo, a proposta lancasteriana de uma educação pautada por um sistema de prêmios e castigos, os manuais portenhos e brasileiros tomaram caminhos opostos: enquanto os primeiros ressaltavam os prêmios, os segundos se apegavam mais aos castigos.

O último movimento de Laís Olivato, em seu trabalho, consiste, sem dúvida, em um dos principais desafios aos historiadores: os processos de recepção. A partir de suas pesquisas em arquivos portenhos e brasileiros, a autora analisa cartas enviadas por professores para as autoridades educacionais de seus países. Nessas missivas, é possível notar as dificuldades enfrentadas pelos docentes no cotidiano escolar, as nem sempre favoráveis condições materiais de trabalho e suas contrariedades em relação aos métodos encampados pelos governos de seus respectivos países. Dessa discussão sobressai uma das mais instigantes e complexas questões a qualquer pesquisador que se proponha a debater temáticas relativas à Educação: a difícil consonância entre teóricos educacionais, dirigentes políticos e profissionais de ensino sobre os melhores caminhos para educar.

Como fica evidente, *A educação nas independências da América* se apresenta como uma enorme contribuição tanto para historiadores, como para educadores interessados nas trajetórias das teorias, métodos e práticas de ensino. Diversas questões que ainda hoje nos inquietam mantêm claros diálogos com muitos dos problemas que se colocavam para os buscavam formular as balizas educacionais dos novos Estados nacionais em formação na Europa e nas Américas no início do século XIX. Ao explicitar essa ambiguidade que revela a Educação, ao mesmo tempo, como solução inescapável para resolver nossas mazelas sociais e como objeto de disputa política entre projetos muitas vezes inconciliáveis, o competente trabalho de Laís Olivato reconstitui um importante capítulo da História de nosso continente. Deixa também uma ligeira impressão de que a anunciada “crise” vivenciada pela Educação em nossos dias talvez seja a condição mais marcante de sua própria existência na modernidade.